

ACM quer elevar o mínimo

■ Para senador, o teto do funcionalismo só pode aumentar se salário base subir

MARIA LÚCIA DELGADO

J. França - 2/11/99

BRASÍLIA - O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), voltou a defender ontem a criação do salário-referência, superior ao salário mínimo (R\$ 136), por meio de emenda constitucional. Essa seria, segundo o senador, a forma de consenso sobre a criação do teto único para os três poderes. "Deve melhorar o salário-mínimo para que tenhamos base moral para fazer qualquer aumento de teto", disse o presidente do Senado, contrário ao teto de R\$ 12.720. Como o Judiciário defende o aumento do teto, uma das hipóteses cogitadas seria derrubar a tese do estabelecimento de um teto único.

O senador disse que não vai ficar isolado contra os poderes Executivo e Judiciário. "Quero vencer com a minha tese, mas é óbvio que não vou ficar sozinho contra os outros poderes. Todos querem o teto. Eu faço a restrição na minha assinatura e mando." Antônio Carlos Magalhães afirmou que irá estudar a possibilidade de aceitar o teto de R\$ 12.720 caso o salário do presidente da República permaneça em R\$ 8.500. A Câmara dos Deputados é favorável ao aumento dos salários dos parlamentares.

Aumento - O governo federal, segundo Antônio Carlos Magalhães, tem instrumentos suficientes para aumentar o mínimo. "Pode fazer o salário-referência para uma coisa e o salário-mínimo para outra." O salário-referência, segundo ele, seria para quem está



Antonio Carlos propôs mínimo restrito à Previdência Social e salário maior para trabalhadores

na ativa, enquanto o valor do salário-mínimo seria mantido como parâmetro para o pagamento de benefícios da Previdência Social.

O presidente do Senado assegurou que não haverá tempo para a aprovação da reforma tributária nesta legislatura. Para a votação em plenário, não vai dar tempo", disse.

Antonio Carlos avalia que o confronto entre o Senado e a Câmara, devido à votação da emenda constitucional que limita os poderes do presidente da Repú-

blica para a edição de medidas provisórias, chegou ao fim. O senador e o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), trocaram farpas na semana passada.

O senador criticou a intenção da Câmara de alterar o projeto e disse que o governo viveria autoritariamente sem a proposta que limita a edição das medidas provisórias. Antônio Carlos sugeriu que o líder do governo renunciase caso estivesse articulando mu-

danças no texto da proposta. Virgílio reagiu dizendo que não seria subserviente ao senador.

"Ele é desconcertante", ACM referiu-se a Arthur Virgílio. "Já foi ou até é diplomata e realmente utilizou a diplomacia em Petrópolis. Confesso que entrei sem cumprimentá-lo, ostensivamente, na reunião. Mas ele foi à mesa e me cumprimentou. Depois disse que queria me dar um abraço e deu. Então não posso mais tratar desse assunto".